

Tipo: Artículo original - **Dossier:** Internacionalización, enseñanza de lenguas y formación de profesores

Pela construção de Políticas Linguísticas institucionais: o papel do Idiomas sem Fronteiras nas IES brasileiras

For the Construction of Institutional Language Policies: The Role of Language without Borders in Brazilian HEI

Larissa Menezes Gomes

*Universidade Federal de Sergipe,
Sergipe - Brasil.*

<https://orcid.org/0000-0002-9114-8443>

e-mail: larissamg@academico.ufs.br

Recibido: 16/2/2025

Aprobado: 1/6/2025

RESUMO

Tema em voga no cenário do ensino superior, a internacionalização do ensino superior envolve a incorporação de uma perspectiva internacional às funções desempenhadas pela instituição de ensino superior (IES), conforme Knight (1994). Para efetivação desse processo, as políticas linguísticas funcionam como instrumento adotado pelas IES, auxiliando-as a definirem as práticas linguísticas a serem encampadas ao seu contexto local e, por consequência, a estabelecerem diretrizes que contribuam com sua internacionalização. O programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) surgiu em 2012 para auxiliar, por meio de cursos de idiomas, no desenvolvimento linguístico da comunidade acadêmica das IES brasileiras, capacitando-a para os programas de mobilidade acadêmica, estratégia de maior visibilidade da internacionalização. Considerando a relação entre internacionalização e políticas linguísticas, além da própria função do IsF como contribuinte à internacionalização das IES, analisou-se, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica e documental, e sob a ótica interpretativista, o papel exercido pelo IsF no processo de construção das políticas linguísticas das IES brasileiras. O Edital nº 29/2017/MEC, ao exigir uma política linguística institucional para o recredenciamento das IES como Núcleo de Línguas do programa, revelou a atuação do programa IsF como essencial à concepção de políticas linguísticas institucionais na esfera do ensino superior, alcançando-o a promotor da internacionalização.

Palavras-chave: Internacionalização; Políticas Lingüísticas; Idiomas sem Fronteiras; Plurilinguismo.

ABSTRACT

A trending topic in the higher education scenario, the internationalization of higher education involves incorporating an international perspective into the functions performed by the higher education institution (HEI), according to Knight (1994). To make this process effective, language policies function as an instrument adopted by HEI, helping them to define language practices to be adopted in their local context and, consequently, to establish guidelines that contribute to their internationalization. The Language without Borders (LwB) program was created in 2012 to assist, through language courses, in the linguistic development of the academic community of Brazilian HEI, training them for academic mobility programs, a strategy for greater visibility of internationalization. Considering the relation between internationalization and language policy, in addition to the IsF's function as a contributor to the internationalization of HEI, we analyzed, through bibliographical and documentary research, and from an interpretative perspective, the role played by IsF in the construction process of language policies of Brazilian HEI. The Notice no. 29/2017/MEC, by requiring an institutional language policy

Conflictos de Interés: ninguno que declarar

Fuente de financiamiento: sin fuente de financiamiento.

DOI: <https://doi.org/10.47133/ÑEMITYRA20250702b-A2>

BIBID: 2707-1642, 7, 2, pp. 28-41

Editores responsables: Lucas Araujo Chagas (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) y Luis Eduardo Wexell-Machado (Universidad Nacional de Asunción).

for the re-accreditation of HEI as Language Centers of the program, revealed the role of the IsF program as essential to the design of institutional language policies in the sphere of higher education, elevating it as a promoter of internationalization.

Keywords: Internationalization; Language Policy; Language without Borders; Plurilingualism.

Introdução

A internacionalização do ensino superior, muitas vezes confundida com a globalização, é um tema em voga, no qual se busca, no mundo acadêmico, compreender não somente por quais motivos deve-se internacionalizar, mas também os propósitos a serem almejados e as estratégias a serem aplicadas pela instituição de ensino superior (IES) nesse processo.

Nesse contexto, as políticas linguísticas surgem como um importante instrumento na efetivação do aludido processo. Por meio delas, são estabelecidos as diretrizes e os objetivos que as instituições de ensino superior irão adotar na condução de suas práticas linguísticas e, por consequência, também na sua internacionalização, haja vista a intrínseca relação desse processo com a língua, seja como elemento comunicador entre os sujeitos de origens distintas, seja como constituidor da identidade de sujeitos/povos.

Dada a relevância da língua para o processo de internacionalização, surgiu, em 2012, o então programa Idiomas sem Fronteiras (IsF), hoje Rede Andifes IsF¹, com a oferta de cursos de idiomas para toda a comunidade acadêmica, dando suporte ao seu desenvolvimento linguístico e, por conseguinte, auxiliando na sua mobilidade, vista, à época, como primordial ao processo de internacionalização. Assim, o programa surge já vinculado à internacionalização das IES, possuindo, inclusive, como uma de suas finalidades, a função de contribuir para tal processo.

Considerando a relação da internacionalização com as políticas linguísticas, indaga-se qual foi o papel exercido pelo então programa IsF na construção das políticas linguísticas das IES brasileiras, ante seu propósito de fomentador da internacionalização. Assim, por intermédio de uma pesquisa bibliográfica e documental (Gerhardt; Silveira, 2009), o presente artigo debruça-se sobre os conceitos interrelacionados – internacionalização, política linguística e IsF -, no intuito de, sob a perspectiva interpretativista (Moita Lopes, 1994), analisar a função desempenhada pelo IsF no processo de elaboração das políticas linguísticas das IES brasileiras.

Dessa forma, o artigo encontra-se estruturado em seis seções: (i) a presente introdução; (ii) internacionalização: conceitos e desafios; (iii) política linguística: instrumento à internacionalização; (iv) Idiomas sem Fronteiras (IsF): história e propósitos; (v) o papel do IsF nas políticas linguísticas; (vi) considerações finais.

Internacionalização: conceitos e desafios

A princípio, cumpre estabelecer a intrínseca relação entre a internacionalização e a globalização. Ainda que os termos sejam intercambiáveis quando relacionados de maneira genérica a atividades transfronteiriças, os fenômenos adquirem outra perspectiva quando atinentes à educação superior. A internacionalização é vista como resposta estratégica à globalização, essa o catalisador daquela (Szyszlo, 2016). A globalização como processo de integração de comunidades para além das fronteiras nacionais implica no questionamento sobre as identidades nacionais (Hall, 2011) e as universidades, como produtoras e disseminadoras do conhecimento local (nacional), precisavam reagir

aos desdobramentos dessa nova sociedade globalizada, unindo o conhecimento global com as necessidades locais (Szyszlo, 2016). É nessa perspectiva que a internacionalização da educação superior aparece.

Internacionalizar o ensino superior significa reconfigurar a identidade nacional do alunato e a política adotada pela instituição, considerando que essa precisará adaptar e assimilar não somente o conhecimento científico global, mas também a cultura dos diversos países do mundo, desenvolvendo uma consciência global na sua própria comunidade acadêmica. A internacionalização, assim, visa formar um novo cidadão com perspectiva global (Moraes Filho, 2020), que esteja preparado para enfrentar os diversos desafios advindos do mundo multicultural.

Segundo Hall (2011), uma das possíveis consequências da globalização, e a mais provável, é a formação de novas identidades, que une o local com o global, concebendo o glocal. O mesmo ocorre na internacionalização. A universidade não suprimirá a identidade de seu alunato e sua política nacional em nome da transposição de fronteiras (Szyszlo, 2016). Na verdade, deverá encontrar formas de conciliar a ciência e a cultura advindas de outros países à sua realidade, compartilhando e disseminando o conhecimento para além das fronteiras das nações.

A importância da internacionalização na educação superior é tamanha que já é concebida por alguns autores como a quarta dimensão da universidade (Silva *et al*, 2019), aliada às dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Porém, o que vem a ser, então, internacionalização?

Knight (1994, p. 3 tradução nossa²) entende a internacionalização do ensino superior como “o processo de integração da dimensão internacional nas funções de ensino/aprendizagem, pesquisa e serviço de uma universidade ou faculdade”, integrando uma perspectiva internacional/intercultural/global nas funções principais da instituição.

De Wit (2014 *apud* FAUBAI, 2017), por sua vez, em conceito utilizado pelo Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas para Internacionalização da Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), define a internacionalização como processo que integra uma dimensão internacional, global ou intercultural aos objetivos, funções e ações do ensino superior, com vistas a melhorar o ensino e a pesquisa da universidade e a contribuir para a sociedade.

Beelen (2019, p. 31), juntamente com Jones (2015 *apud* Beelen, 2019), cunharam o termo internacionalização em casa (*internationalization at home*), o qual descreve o processo de integração das dimensões internacional e intercultural nos currículos formal e informal para os estudantes nas suas próprias universidades, de forma que a mobilidade acadêmica transfronteiriça não fosse requisito crucial para a internacionalização da instituição.

Nesta senda de ampliação do conceito de internacionalização, Hudzik (2011, p.10, tradução nossa³) defende a internacionalização abrangente (*comprehensive internationalization*) como “um compromisso, confirmado pela ação, de infundir perspectivas internacional e comparativa nas missões de ensino, pesquisa e serviço do ensino superior”. Hudzik (2011) entende que a internacionalização permeia toda a instituição, sendo essencial que toda a comunidade acadêmica abrace o fenômeno para sua implementação, uma vez que ele molda o *ethos* e os valores institucionais.

Considerando as diversas discussões acerca do tema, o Grupo de Pesquisa Nacional sobre Políticas Linguísticas e Internacionalização da Educação Superior - GPLIES - (*apud* Gomes; Santos, 2023), no intuito de proporcionar melhor compreensão sobre o tópico, desenvolveu seu próprio conceito sobre a internacionalização:

A internacionalização na educação superior é um movimento articulado pelas comunidades

acadêmicas e não-acadêmicas que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras e de responsabilidades sociais, que se manifestam de forma transversal nos diferentes setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições de ensino. Este movimento envolve a solidariedade e a colaboração entre os parceiros nacionais e internacionais de forma a permitir um posicionamento decolonial e crítico, reposicionando as demandas locais diante da necessidade de inserção em um contexto internacional (GPLIES *apud* Gomes; Santos, 2023).

Um dos princípios do processo da internacionalização, como destacado na definição acima, é a solidariedade que deve existir entre as instituições de ensino superior, de forma que o movimento estimule a colaboração mútua entre as universidades, e não apenas a competição entre elas. Azevedo e Catani (2003, p 285 *apud* Canan; Marco; Silva, 2019, p.14) afirmam que “a internacionalização da educação superior se baseia em dois princípios contraditórios: a solidariedade internacional e a concorrência em um mercado global de educação e conhecimento”. Contudo, o que se percebe no cenário educacional é a predominância da perspectiva mercadológica da internacionalização, ao invés da predisposição à cooperação solidária (Morosini; Corte; Mendes, 2023).

Nesse viés, a internacionalização solidária, pautada no diálogo, no respeito mútuo e na compreensão das diferentes visões de mundo do outro, busca promover a interculturalidade e a integração, com vistas a construir vínculos para cooperação no enfrentamento de desafios comuns. O diálogo e a integração demonstram, dessa forma, a faceta humanística da internacionalização, que contribui para “disseminação de conhecimentos de modo igualitário e socialmente responsável” (Canan; Marco; Silva, 2019, p.10 e 15).

Denota-se que são diversos os significados do termo internacionalização. Ainda que não seja vantajoso reduzir o conceito a uma única definição, já que pode acabar diminuindo seu valor, é importante que a instituição adote um conceito, de forma que se possa efetivamente alcançar e implementar a internacionalização. Uma vez estabelecido o significado do termo, tornar-se-á mais fácil à universidade traçar um plano de internacionalização, no qual definirá as necessidades e os objetivos para alcançá-la e implementá-la.

Além da definição do conceito, a IES deve ter claro que sua internacionalização só é bem sucedida quando compreendida como um ciclo, um processo que não acaba e tem todas as suas etapas interconectadas. Knight (1994) aponta que o ciclo da internacionalização possui seis etapas, quais sejam: (1) conscientização da necessidade, do propósito e dos benefícios da internacionalização para a comunidade acadêmica; (2) compromisso de toda a comunidade acadêmica; (3) planejamento; (4) operacionalização por meio de atividades e serviços acadêmicos, fatores organizacionais e princípios orientadores; (5) revisão, que envolve avaliação e melhoramento das iniciativas e estratégias; e (6) reforço, que abrange desenvolvimento de iniciativas, reconhecimentos e recompensas aos membros da comunidade acadêmica pela participação. Todas as etapas seguem um fluxo de mão dupla num ciclo não-linear, proporcionando uma estratégia para melhoria da internacionalização.

Rumbley (2010 *apud* Szyszlo, 2016) incrementa o ciclo da internacionalização de Knight (1994), conectando as etapas às respostas de três perguntas: (1) por que internacionalizar (quais são as razões)? (2) como (quais são as estratégias usadas)? (3) e com qual objetivo (quais são os resultados almejados)? As razões para internacionalizar conduzem ao compromisso pela comunidade acadêmica e ao planejamento da internacionalização. Em seguida, as estratégias utilizadas apontam para as etapas da operacionalização e da revisão. Por fim, os resultados almejados levam às etapas do reforço para a internacionalização e da conscientização da comunidade acadêmica da sua necessidade para a IES.

A compreensão da internacionalização como um processo cílico auxiliará a universidade a determinar os motivos pelos quais deseja se internacionalizar, as ações e as estratégias que adotará, e

os efeitos esperados do processo. Como uma das etapas prévias essenciais à implementação da internacionalização, está a análise da situação da universidade no contexto temático. Fazer um diagnóstico prévio da situação da instituição na conjuntura da internacionalização, antes de qualquer discussão sobre a questão, proporcionará à universidade um arcabouço técnico que lhe permitirá desenvolver um melhor plano estratégico para implementação da internacionalização, além de lhe apresentar os obstáculos a serem enfrentados.

São diversos os desafios para efetivação da internacionalização nas universidades, como a falta de engajamento, habilidades e experiência (Beelen, p. 35, 2019). A falta de compromisso da comunidade acadêmica com a internacionalização da instituição se torna um obstáculo de difícil superação se não houver campanhas e divulgação acerca da relevância do comprometimento da academia em tornar a IES internacionalizada, o que depende do esforço coletivo dos envolvidos. Seja pela falta de preparo, seja pelo seu desinteresse, o que acontece é que não há conscientização dos atores (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) envolvidos no processo acerca da importância de seu desempenho para implementação da internacionalização. Cada membro da comunidade acadêmica tem um papel relevante a desempenhar, seja desenvolvendo-se linguisticamente (discentes, docentes e servidores), publicando artigos em revistas internacionais (docentes e discentes), promovendo cursos em outros idiomas (docentes), ou qualquer outra ação que seja uma estratégia para a internacionalização. E a compreensão disto - da coletividade envolvida - é crucial ao processo.

Os maiores bloqueios para internacionalização, no entanto, no contexto brasileiro, são o financiamento e a barreira linguística (Moraes Filho, 2020). A ausência de recursos financeiros para as instituições de ensino superior é um grande entrave para que ações efetivas sejam realizadas no contexto acadêmico. É cediço que a internacionalização é um investimento, e não um custo sem retorno, e que são as universidades desprovidas de recursos financeiros que mais precisam desses para que possam se internacionalizar. Não há como praticar as estratégias previstas no plano de internacionalização se não existem recursos financeiros.

A falta de proficiência linguística é, no entanto, o maior de todos os desafios (Silva; Pereira; Araújo, 2019, p.136). A barreira linguística é referente, no cenário brasileiro, tanto ao fato de o português não ser atraente como língua adicional nos demais países do mundo, quanto à ausência de proficiência linguística dos estudantes brasileiros nas demais línguas, principalmente o inglês, reconhecido como língua franca. O documento da FAUBAI (2017, p. 6) aponta que “na definição de estratégias de internacionalização, as línguas a serem adotadas e incentivadas terão repercussões tanto sobre os processos de internacionalização em si quanto sobre identidades e relações entre diferentes grupos”. Ou seja, é a língua uma estratégia essencial na condução do processo de internacionalização da IES e, por esta razão, impõe-se à universidade ter uma política linguística. Afinal, é por meio de uma política que será possível determinar o nível de proficiência da comunidade acadêmica em línguas estrangeiras, as quais são elementos integrais ao ensino, aprendizagem e pesquisa, além de estabelecer qual é o treinamento linguístico que as universidades oferecem à sua coletividade (Beelen, 2019).

Política Linguística: instrumento à internacionalização

A política linguística é uma sistematização legal sobre os objetivos almejados para determinada língua(s), como modernizá-la, padronizá-la, mantê-la e até mesmo traçar estratégias para seus diversos usos na sociedade. Calvet (2018, p. 133) define política linguística como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às relações entre língua(s) e vida social”. Trata-se de uma escolha consciente - pois existe uma discussão prévia sobre o tema - para mudar (ou ao menos regulamentar) a língua e a situação social na qual está inserida, uma vez que se trata de um documento que se propõe a trazer

intervenções sobre a(s) língua(s).

Como documento oficial que regula o acesso e o ensino de línguas, a política linguística, na esfera da internacionalização, é apontada como um instrumento para sua efetivação, considerando o grande desafio das instituições de ensino superior em alcançar uma proficiência linguística suficiente que rompa a barreira do idioma, seja para integração acadêmica, seja para integração da diversidade cultural, ambas promovidas pela internacionalização. Nessa senda, o GPLIES (*apud* Gomes; Santos, 2023) definiu a política linguística no âmbito da internacionalização como:

[...] um conjunto complexo de propostas estratégicas, contextualmente deliberadas e teoricamente embasadas que, de forma sistemática, objetiva fortalecer o plurilinguismo e desenvolver e/ou incentivar ações que envolvam a diversidade linguístico-cultural, étnico-social e identitária, de uma determinada comunidade. (GPLIES *apud* Gomes; Santos, 2023)

Observa-se que o grupo de trabalho, além de entender a política linguística como uma escolha consciente, consoante Calvet (2018), também aponta o robustecimento do plurilinguismo para integração - almejado também pela internacionalização - como um dos propósitos do aludido documento. E é nesse sentido que as instituições de ensino superior elaboram suas políticas linguísticas: como instrumento norteador de ações, a serem desenvolvidas na comunidade, para rompimento da barreira linguística e com vistas à internacionalização, conforme verificado com o Edital nº 29/2017/SESu/MEC - a ser explicitado no tópico a seguir. Eis que é apenas por intermédio do aprendizado da língua que se torna possível participar da produção científica internacional, com possibilidade de troca de conhecimento.

No entanto, ainda que a língua, por meio da política linguística, seja vista como instrumento da internacionalização, o documento por si só não é suficiente, pois carece de informações de como as ações e as estratégias previstas nele serão efetivadas. Ou seja, falta a materialização da dimensão da gestão, no modelo multidimensional (práticas, crenças e gestão) da política linguística concebido por Spolsky (2012 *apud* Santos; Gregolin, 2023, p. 36). Para tanto, impele-se a elaboração de um planejamento linguístico, definido por Calvet (2018, p.133) como “a implementação concreta de uma política linguística”.

O GPLIES (2021 *apud* Santos; Gregolin, 2023, p. 37), por sua vez, definiu o planejamento linguístico como um:

[...] conjunto de ações construídas e organizadas democraticamente, baseadas em uma política linguística, que envolve um plano de trabalho com objetivos e metas em diferentes eixos de abrangência, público-alvo, metodologia, articulação das ações e seus responsáveis, formas de acompanhamento da execução, cronograma, orçamento, indicadores e avaliação. O planejamento de promover a inclusão, a participação coletiva e colaborativa dos envolvidos nas ações e decisões, levando-se sempre em consideração as necessidades locais (GPLIES *apud* Santos; Gregolin, 2023, p. 37).

É o planejamento linguístico o documento responsável pela efetiva execução da política linguística, considerando que detalhará como as ações serão desempenhadas, quais as métricas a serem alcançadas e quais os procedimentos de acompanhamento para tudo o que foi previsto na política linguística. Constatase como o planejamento linguístico tem um caráter mais prático do que a política (Gomes; Santos, 2023, p. 23), de natureza mais teórica. São documentos complementares, porém

distintos.

No contexto do ensino superior, as instituições devem definir quais línguas serão contempladas e/ou priorizadas na política linguística institucional, conforme seus objetivos estratégicos para alcançar a internacionalização (FAUBAI, 2017). Impende apontar que, assim como ocorre com a internacionalização, a efetivação da política linguística depende do trabalho coletivo da comunidade acadêmica. Em outras palavras, durante o período da formulação da política (e também do seu planejamento), devem ter existido uma ampla discussão e divulgação sobre o trabalho na instituição.

A elaboração do planejamento linguístico de forma coletiva, agregando toda a comunidade acadêmica no movimento, é imprescindível para que ela internalize os conceitos de política linguística e planejamento linguístico voltados para a internacionalização e compreenda o seu papel como sujeito ativo para efetivação da política linguística (e também da internacionalização) na instituição. Santos e Gregolin (2023, p. 43 e 44) corroboram com o argumento ao afirmar que “sem um trabalho coletivo e com a inclusão de todos os setores e departamentos da IES, o Planejamento Linguístico para a internacionalização pode ficar apenas no papel, por não representar os anseios de todos os atores envolvidos”.

Distinguidos política linguística e planejamento linguístico, outro ponto a ser discorrido é sobre a diferenciação desses documentos quanto ao plano de internacionalização. Ainda que a política e o planejamento linguísticos sejam voltados para internacionalização, eles não se confundem com o plano de internacionalização. Este tem o seu foco para além da língua, âmago da política linguística. O plano de internacionalização envolve o diagnóstico da instituição (seu contexto interno e externo), as justificativas para internacionalização, os objetivos almejados, os recursos disponíveis para cada objetivo traçado, avaliação dos resultados, dentre outros (Stallivieri, 2017).

Ainda que algumas instituições de ensino superior congreguem esses documentos em um só, conforme verificado durante a pesquisa, é basilar que a distinção entre eles seja clara para a comunidade acadêmica. Do contrário, a materialização da política linguística e da internacionalização encontrará outro obstáculo além da ausência do esforço coletivo: a inexistência da compreensão dos sujeitos ativos acerca do significado e peso desses processos para a universidade.

Em suma, assim como ocorre com a internacionalização, a política linguística também depende da comunidade acadêmica para sua operacionalização. O compromisso coletivo é ponto chave para que, dentro dos objetivos e estratégias traçados no planejamento linguístico, a política linguística seja efetivamente utilizada como instrumento para internacionalização da instituição, a partir da formulação de ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento linguístico dos docentes, discentes e servidores. E foi com base nesse ângulo - da política linguística como ferramenta à internacionalização - que o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) desempenhou um papel de relevância para a elaboração de referido documento voltado à internacionalização, como requisito para recadastramento da IES como núcleo de línguas do projeto. Em decorrência da obrigatoriedade em se propor e homologar uma PL institucional, as IES participantes do IsF tiveram a oportunidade de perceber a necessidade da aludida política para que a internacionalização tivesse uma base linguística de sustentação.

Idiomas sem fronteiras (IsF): história e propósitos

O programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) surgiu em 2012, a partir da publicação da Portaria Normativa nº 105/2012, como Grupo de Trabalho Inglês sem Fronteiras (Brasil, 2012a). A princípio, o grupo tinha por objetivo aumentar o acesso da comunidade acadêmica a cursos de línguas estrangeiras, em especial aos alunos do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), que promovia a mobilidade

acadêmica de estudantes para universidades internacionais e revelou os problemas linguísticos enfrentados pelo ensino superior, como explica Sarmento:

Com a implementação do CsF, entretanto, questões de ordem linguística emergiram ou tornaram-se evidentes, tais como a falta/carência de (1) proficiência em língua adicional do aluno brasileiro, essencial para qualquer ação de internacionalização; (2) estrutura do país para a aplicação de provas de proficiência em larga escala; e (3) uma política abrangente para o ensino de línguas no país. O Brasil, por ser um país de dimensões continentais e com uma língua nacional bastante forte, nem sempre investiu em políticas específicas voltadas ao ensino de línguas adicionais. Da mesma forma, muitos brasileiros, mesmo em contextos universitários, sequer sentiam a necessidade de aprender outras línguas, postergando esse aprendizado para um momento ideal, que quase nunca chegava. (Sarmento *et al*, 2018, p. 93 e 94)

O momento, contudo, chegou com a disseminação do CsF, o que fez com que o próprio Governo Federal buscasse uma solução para a questão identificada. Dessa maneira, logo em seguida, a Portaria Normativa nº 1.466/2012 instituiu o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF, igual sigla adotada hoje), com vistas a “propiciar a formação e capacitação de alunos de graduação das instituições de educação superior para os exames linguísticos exigidos para o ingresso nas universidades anglófonas” (Brasil, 2012b). Agora com *status* de programa, o IsF continuava sendo visto como auxiliar ao CsF, uma vez que promovia o desenvolvimento linguístico necessário dos alunos que fossem participar do programa de mobilidade acadêmica. No entanto, a aludida portaria estabelecia outros objetivos do IsF, além da capacitação na língua inglesa para mobilidade internacional de estudantes, como a possibilidade de contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e para o desenvolvimento de centro de línguas em referidas instituições.

Em 2014, com a publicação da Portaria Normativa nº 973 do Ministério da Educação (MEC), o programa foi ampliado e passou a se chamar Idiomas sem Fronteiras (a sigla IsF foi mantida, mais uma vez), diante da incorporação de outros idiomas - espanhol, francês, português como língua estrangeira, italiano, alemão e japonês, além do inglês - ao projeto, além da dilatação do público-alvo (Brasil, 2014). Agora, afora o público do CsF (que era composto por estudantes das áreas consideradas como prioritárias), a formação e a capacitação em idiomas foram alargadas para os demais estudantes, professores, corpo técnico-administrativo das instituições de ensino superior e professores de idiomas da rede pública de educação básica. O programa, então, contava com três principais frentes: módulo para diagnóstico do nível de proficiência no idioma inglês, a partir da aplicação de testes de proficiência TOEFL/ITP; módulo de aprendizagem de inglês *on-line* na plataforma *My English Online* (MEO); e módulo de ensino presencial, com cursos de línguas oferecidos pelos Núcleos de Línguas (NucLi) de cada universidade pública credenciada (Abre-e- Lima *et al*, 2018, p. 46). As ações do IsF eram compreendidas como complementares ao programa CsF e às demais políticas de internacionalização instituídas nas universidades (Brasil, 2014).

No ano de 2016, a Portaria Normativa nº 30 provocou uma nova mudança no IsF, que passou a prever como um dos seus objetivos a “formação inicial dos estudantes de licenciatura em língua estrangeira e formação continuada de professores de língua estrangeira” (Brasil, 2016). Eis que os cursos oferecidos pelo IsF são conduzidos por professores que, além de possuírem a proficiência linguística necessária para ministrar tais cursos, são alunos de graduação ou pós-graduação com licenciatura na língua específica. Consoante Sarmento *et al* (2018, p. 49), dita condição “visa fortalecer a formação docente na área e auxiliar na conscientização da comunidade que não basta se proficiente na língua para poder ensiná-la, é preciso ter conhecimento pedagógico para auxiliar os aprendizes a atingir o nível de proficiência adequado”. Denota-se, por conseguinte, que, desde o início do programa, este já buscava outros objetivos além do ensino da língua inglesa - como precipuamente originado - a

discentes em mobilidade acadêmica.

Também nessa portaria, o programa IsF é mencionado, pela primeira vez, como contribuinte para a construção de uma política linguística no país. Nesse sentido, Sarmento *et al* (2018, p. 97) afirmam que “o IsF se configura como uma ação de Política Educacional Linguística (PEL), entendida por Shohamy como um mecanismo usado para criar práticas linguísticas *de facto* em instituições educacionais, especialmente em sistemas educacionais centralizados”. Observa-se, portanto, a preocupação existente quanto à questão linguística e em como isto influencia o processo de internacionalização da universidade.

A maturação desse pensamento levou à edição do Edital nº 29/2017, pelo MEC, o qual objetiva “recredenciar universidades federais para atuação como Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras (NucLi-IsF), como estratégia de fortalecimento da internacionalização nessas instituições” (Brasil, 2017a, p. 1). Uma das formas encontradas pelo programa de estimular o processo de internacionalização no ensino superior foi a de exigir, como condição para o recredenciamento, a elaboração de uma política linguística da instituição, a qual deveria ainda elencar as ações do IsF nesse contexto.

Cogitando a eventualidade da inexistência de políticas linguísticas, uma vez ser um assunto que não tinha o devido destaque pelas universidades, o referido edital previu a possibilidade de as instituições enviarem a minuta do documento até um ano após a data do seu recredenciamento como NucLi-IsF. Como consequência deste edital, aliado também ao edital do Capes-PrInt⁴, houve um *boom* de políticas linguísticas voltadas para a internacionalização em todo o país, no período de 2017 a 2018. Consoante Santos e Gregolin (2023, p. 34), “verificou-se, então, que mais de 90% das instituições não possuíam políticas institucionalizadas e que, com a exigência do IsF, as universidades interessadas foram induzidas a iniciarem processos de discussão e de elaboração desse documento”, despertando os debates sobre a política linguística como instrumento da internacionalização.

Ainda em 2017, o CsF foi encerrado pelo MEC, que, em 2019, anunciou não ter mais interesse em manter IsF ligado ao MEC. É importante lembrar que o IsF havia surgido como programa acessório do CsF. Diante da impescindibilidade da reestruturação do programa, o núcleo gestor do IsF estabeleceu uma parceria com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), renomeando o programa como Rede Andifes de Idiomas sem Fronteiras (Rede Andifes IsF), segundo a Resolução do Conselho Pleno da Andifes nº 01/2019. A nova parceria significa novos desafios a serem enfrentados pelo programa, como a redução de recursos financeiro, consoante Amato (2021, p. 144), porém continua a buscar o fortalecimento do processo de internacionalização do ensino superior.

Apesar de o IsF ter sido criado para auxiliar o programa CsF, desde o princípio, visava a uma mudança no ensino de línguas nas instituições de ensino superior, tanto que suas ações não foram focadas apenas no desenvolvimento linguístico dos futuros intercambistas, mas também no processo de formação de professores de línguas, de forma a abranger a proficiência linguística e o conhecimento pedagógico. Esses são, inclusive, dois dos principais propósitos do programa.

Outro escopo do IsF é a fomentação da internacionalização ao promover o ensino de línguas, que é uma barreira à implementação do referido processo nas universidades. Mesmo em instituições criadas já com natureza plurilíngue e intercultural - como é o caso da Unila, criada em 2010 com o objetivo de contribuir para a integração latino-americana - o programa IsF ainda tem um relevante papel na promoção da diversidade linguística, uma vez que não só complementa o oferecido pelas graduações bilingues, como também atende aos servidores da instituição (Amato, 2021). O acesso e a oferta ao ensino de línguas são essenciais para que a comunidade acadêmica - formada por discentes, docentes e

servidores - consiga superar o obstáculo linguístico para sua internacionalização.

Inclusive, sobre o tópico, Sarmento *et al* (2018, p. 103) comentam que, no IsF, “os cursos voltam-se fortemente para as necessidades da comunidade universitária que precisa tanto estar internacionalizada sem sair da sua instituição, quanto também aquela que deseja participar de programas de mobilidade acadêmica”. Constatada-se, portanto, a relevância da função do IsF no processo de internacionalização das instituições de ensino superior ao ajudar a romper a barreira linguística de seu público alvo.

Os cursos ofertados pelo programa possibilitam não apenas o aprendizado de línguas, como também o desenvolvimento de habilidades acadêmicas num outro idioma que possibilite a troca de conhecimento entre países distintos. O fato de os cursos serem voltados para questões acadêmicas, e não apenas vivências quotidianas - como ocorre na maioria dos cursos tradicionais de línguas -, permite uma aproximação da comunidade universitária da internacionalização da sua instituição, já que estará melhor preparada para tanto. Há a oportunidade da imersão do alunato na vivência acadêmica internacional, associada à interculturalidade e à integração proporcionadas pelo processo da internacionalização.

Seja como programa de ensino de idiomas, de formação de professores ou como fomentador da internacionalização, fato é que o IsF provocou uma profunda reflexão na educação superior acerca das ações linguísticas nas universidades. A complexidade do processo de internacionalização em tais instituições reivindicou a formulação por políticas linguísticas, associadas a um planejamento linguístico, com definições de ações de curto, médio e longo prazos, que dessem sustentação às estratégias para implantação de tal processo.

O papel do IsF nas Políticas Linguísticas

Concebido originalmente como um programa auxiliar ao CsF, viabilizando o ensino de idiomas à comunidade acadêmica, o IsF logo alçou novos horizontes, dedicando-se à formação de professores e também fomentando a internacionalização das IES. Para além dessa gama de propósitos do programa, destaca-se a importante função do IsF no desenvolvimento da internacionalização das IES credenciadas ao seu programa, a partir da publicação do Edital nº 29/2017/MEC.

O edital de recredenciamento (2017) – que abarcou o período de 2017 a 2020 – tinha como condição às IES, para o seu recredenciamento como núcleo de línguas, a formulação de política linguística da instituição, identificada como instrumento de internacionalização por referido documento, como se denota do item III.5.1.2 do referido edital.

A aludida política de ensino de idiomas deveria discriminar as ações do Programa IsF e, se houvesse, do Centro de Línguas existente na IES, e como elas serviam como instrumento de internacionalização nos âmbitos da vida acadêmica dos discentes e docentes, e da própria instituição. Como forma de auxiliar as IES na condução de formulação de tal política, o Edital nº 29/2017/MEC trazia o Anexo I, o qual versava sobre as possíveis ações a serem discriminadas na política linguística da universidade, a exemplo da democratização do acesso ao ensino de línguas, eventos com apresentação de trabalhos científicos em outros idiomas, validação de testes de proficiência e de ações do IsF como atividade curricular, definição de idiomas a serem utilizados em trabalhos científicos, dentre outras ações.

Ainda que referido anexo não trouxesse um modelo de política linguística a ser seguido pelas instituições de ensino superior, ele serviu como um guia para sua elaboração, principalmente para aquelas instituições que não possuíam nenhum documento nesse sentido e tampouco estavam em

processo de discussão. Destaca-se que o Anexo I do Edital nº 29/2017/MEC elencou as ações em rol não taxativo, de maneira a apenas direcionar quais estratégias abrangeiam a promoção da internacionalização. Ou seja, o documento trouxe algumas perspectivas do que poderia ser incluído na política linguística institucional, deixando livre à IES que inserisse outras ações que julgasse pertinente ao seu contexto local.

Vale registrar que o Edital nº 29/2017/MEC dispunha que a política linguística, como documento oficial, poderia ser submetida ao programa dentro do prazo de até um ano após a data de recredenciamento da universidade, conforme tópico III.5.1.2.2 do aludido edital, desde que fosse encaminhada a minuta da política linguística quando do envio da documentação necessária para seu recredenciamento. Esse prazo possibilitou às instituições de ensino superior tempo para que elaborassem e aprovassem a política linguística da sua instituição, especialmente considerando que, àquela época, eram poucas as universidades que já possuíam sua própria política linguística.

Denota-se como o mencionado edital provocou uma mudança nas instituições de ensino superior quanto ao empreendimento de suas ações linguísticas, estimulando-as a produzirem suas políticas linguísticas, direcionadas à internacionalização da instituição. A possibilidade do envio posterior da documentação pelo edital oportunizou às instituições de ensino superior tempo para debaterem sobre a formulação de sua política linguística, além de instigar futuros estudos sobre a relevância de um documento institucional linguístico e seus desdobramentos, como um planejamento de linguístico.

Um dos objetivos do IsF já era, à época, a contribuição para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior, segundo o art. 2º, III, da Portaria nº 973/2014/MEC (Brasil, 2014). Estabelecer a elaboração de uma política linguística institucional como pré-requisito ao recredenciamento da instituição como NucLi foi um caminho encontrado pelo programa IsF para fomentar a internacionalização no âmbito do ensino superior. Contudo, acaso o Edital nº 29/2017/MEC não concedesse prazo para que as IES se organizassem e tivessem tempo para discutir, ainda que brevemente, a política a ser adotada no seu contexto institucional, a exigência de tal documento poderia representar um retrocesso ao ensino superior público, uma vez que muitas das IES que não tinham qualquer documento que se configurassem como política linguística poderiam ser descredenciadas do então programa IsF, sendo desassistidas de suas ações.

Observa-se, portanto, o papel do programa IsF, hoje Rede Andifes IsF, na construção de políticas linguísticas institucionais e a relevância do seu Edital nº 29/2017/MEC, que provocou uma transformação significativa nas instituições de ensino superior, ao requerer que elas refletissem acerca de suas ações linguísticas voltadas à internacionalização, e a consequente elaboração de sua política linguística institucional.

Considerações finais

Desde sua concepção como grupo de estudos, passando a programa, e hoje a Rede Andifes IsF, o IsF se apresentou como versátil e inovador, seja como disruptor do ensino de línguas, formador de professores ou promotor de ações de internacionalização. Ainda que sua origem seja remetida à oferta de cursos de idiomas para o desenvolvimento linguístico da comunidade acadêmica, não há como desvinculá-la de seus outros objetivos, em especial de fomentador do processo de internacionalização no âmbito do ensino superior.

Uma vez que a barreira linguística é o principal entrave à internacionalização de uma IES, é imprescindível a adoção de uma política linguística, de forma a estabelecer os objetivos da IES no

cenário linguístico e as ações a serem implementadas, tanto para incentivar a formação de uma comunidade acadêmica plurilíngue quanto para impulsionar o desenvolvimento do processo de internacionalização na instituição.

Sob essa ótica, o então programa IsF revelou-se como um importante ator na concepção de políticas linguísticas institucionais na esfera do ensino superior. A exigência de uma política linguística, ou sua minuta, como requisito para o recredenciamento das IES como Núcleo de Línguas do programa, apresentou-se como catalisador às discussões acadêmicas sobre políticas linguísticas e sua imprescindibilidade para internacionalização da IES, abrindo caminhos para que novas perspectivas sejam aventadas.

NOTAS:

¹ Rede Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior de Idiomas sem Fronteiras.

² “Internationalization of higher education is the process of integrating an international dimension into the teaching/learning, research and service functions of a university or college.” (KNIGHT, 1994, p. 3)

³ “Comprehensive Internationalization is a commitment, confirmed through action, to infuse international and comparative perspectives throughout the teaching, research, and service missions of higher education.” (HUDZIK, 2011, p.10)

⁴ O Edital nº 41/2017, denominado de Capes-PrInt, promulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tinha por objetivo destinar recursos financeiros às Instituições de Ensino Superior que tivessem seus Projetos Institucionais de Internacionalização selecionados. (Brasil, 2017b).

Referências

Abreu-e-Lima, D. M., Sarmento, S., & Moraes Filho, W. B. (2018). O Programa Inglês sem Fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro. En S. Sarmento, D. M. Abreu-e-Lima, & W. B. Moraes Filho (Eds.), *Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras* (pp. 32-60). Editora UFMG.

Amato, L. J. D. A. (2021). O Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) como Fomento de Políticas Linguísticas no Ensino Superior: o Caso da UNILA. En S. Ribeiro & W. Beloni (Eds.), *Pesquisas em Políticas Linguísticas e Ensino de Línguas* (pp. 141-151). Pedro & João Editores.

Beelen, J. (2019). Internationalisation at home: obstacles and enablers from the perspective of academics. *Responsible university. Verantwortung in Studium und Lehre; Sammelband Tag der Lehre 2017 der Karl-Franzens-Universität Graz (Grazer Beiträge zur Hochschullehre, Band 9)*, 29-54.

Brasil. (2011, 13 de diciembre). Programa Ciências sem Fronteiras [Decreto nº 7.642]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm

Brasil, Ministério da Educação. (2012a, 24 de mayo). Institui o Grupo de Trabalho Idiomas sem Fronteiras [Portaria nº 105]. *Diário Oficial da União*, (101). https://isf.mec.gov.br/images/2015/janeiro/DOU_Portaria_2012.pdf

Brasil, Ministério da Educação. (2012b, 18 de diciembre). Institui o Programa Inglês sem Fronteiras [Portaria nº 1.466]. *Diário Oficial da União*, (244). http://isf.mec.gov.br/images/pdf/portaria_normativa_1466_2012.pdf

Brasil, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Superior. (2014, 14 de noviembre). Programa Idiomas sem Fronteiras [Portaria nº 973]. http://isf.mec.gov.br/images/pdf/novembro/Portaria_973_Idiomas_sem_Fronteiras.pdf

Brasil, Ministério da Educação. (2016, 28 de enero). Amplia o Programa Idiomas sem Fronteiras [Portaria nº 30/2016]. *Diário Oficial da União*, (19). https://isf.mec.gov.br/images/2016/janeiro/Portaria_n_30_de_26_de_janeiro_de_2016_DOU.pdf

Brasil, Ministério da Educação. (2017a). Edital de chamada pública para recredenciamento de Universidades Federais para atuação como Núcleo de Línguas (NucLi-IsF) no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) [Edital nº 29/2017]. http://isf.mec.gov.br/images/2017/Edital_29_2017.pdf

Brasil, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2017b). Seleção de Projetos Institucionais de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior ou de Institutos de Pesquisa que tenham Programas de Pós-Graduação (PPGs) recomendados pela Capes no âmbito do Programa Institucional de Internacionalização [Edital nº 41/2017]. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10112017Edital412017InternacionalizacaoPrInt2.pdf>

Calvet, L. J. (2018). As Políticas Linguísticas. En *Sociolinguística: uma introdução crítica* (2^a ed., 3^a reimp., cap. 6, pp. 133-146). Parábola Editorial.

Canan, S. R., Marco, J., & Silva, T. C. (2019). Processos de Internacionalização: Conquistas e Desafios no Contexto da URI - Universidade Comunitária. *Revista Internacional de Educação Superior*, 5, 1-21.

FAUBAI. (2017, noviembre). *Política Linguística para Internacionalização do Ensino Superior. Documento do GT de Políticas Linguísticas para Internacionalização*.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Editora da UFRGS.

Gomes, R. B., & Santos, E. M. (2023). Da Política ao Planejamento Linguístico: por uma construção coletiva em prol da internacionalização. En L. A. Chagas & J. P. P. Coelho (Eds.), *Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis* (pp. 17-31). Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Hall, S. (2011). *A identidade cultural na pós-modernidade* (T. T. da Silva & G. L. Louro, Trads.). DP&A. (Obra original publicada en 1992)

Hudzik, J. K. (2001). *Comprehensive Internationalization* (pp. 8-23). NAFSA – Association of International Educators.

Knight, J. (1994). *Internationalization: Elements and Checkpoints*. Canadian Bureau for International Education.

Moita Lopes, L. P. (1994). Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *D.E.L.T.A.*, 10(2), 329-338.

Moraes Filho, W. B. (2020, 3 de julio). UFSC Internacional: Políticas Linguísticas e Internacionalização do Ensino Superior [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/live/yUIZR1YORFk?feature=share>

Morosini, M. C., Corte, M. G. D., & Mendes, F. Z. (2023). Internacionalização da educação superior na perspectiva da cooperação solidária e horizontal na região de fronteira Brasil e Uruguai. *Em Aberto*, 36(116), 101-116.

Santos, E. M., & Gregolin, I. V. (2023). Planejamento Linguístico: um processo coletivo voltado para a materialização da Política Linguística da instituição. En L. A. Chagas & J. P. P. Coelho (Eds.), *Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis* (pp. 32-46). Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Sarmento, S., Abreu-e-Lima, D. M., & Moraes Filho, W. B. (2018). IsF e internacionalização: da teoria à prática. En S. Sarmento, D. M. Abreu-e-Lima, & W. B. Moraes Filho (Eds.), *Do Inglês sem Fronteiras ao Idiomas sem Fronteiras* (pp. 91-118). Editora UFMG.

Silva, K., Pereira, L. S. M., & Araújo, I. T. (2019). Internacionalização e Políticas Linguísticas: Análise dos Elementos de Conceituação e das Ações Presentes no Plano de Internacionalização da Universidade de Brasília (UnB). *Simon Fraser University Educational Review*, 12(3). <https://www.researchgate.net/publication/338114357>

Stallivieri, L. (2017). Compreendendo a Internacionalização da Educação Superior. *Revista da Educação do COGEIME*, 26(50), 15-36.

Szyszlo, P. (2016). *Internationalization Strategies for the Global Knowledge Society*. Canadian Bureau for International Education.